

JORNAL DO SERVIDOR

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Alexandre Sá/EPTV



Vagas são para Analista e Agente

IBGE abre seleção com 1.414 vagas para o Censo 2027

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abriu processo seletivo simplificado com 1.414 vagas temporárias para atuação nos Censos Agropecuário, Florestal e Aquícola e da População em Situação de Rua de 2027. São 1.020 oportunidades para Analista Censitário, destinadas a candidatos com nível superior, e 394 para Agente Censitário de Qualidade, que exige ensino médio completo. Os salários chegam a R\$ 5.255,40, além de auxílio-alimentação de R\$ 1.192 e outros benefícios. As inscrições podem ser feitas até 15 de julho, pela banca Instituto Avalia. As provas objetivas estão marcadas para 30 de agosto e serão aplicadas nas capitais e no Distrito Federal.

Avaliação Periódica de Desempenho

O Projeto de lei complementar nº 48/2026, do deputado federal Lincoln Portela (PL-MG) segue em aguardando despacho do Presidente Hugo Motta (Republicanos-PB). O texto regulamenta a avaliação periódica de desempenho de servidores públicos estáveis e prevê avaliações anuais, com consolidação dos resultados a cada três anos, e estabelece critérios como produtividade, qualidade do trabalho, cumprimento de prazos, ética e atendimento ao cidadão.

Antônio Cruz/Abr



Curso de Formação reconhecido para fins de progressão

Vitória para AIEs, ATPSs e ATIs

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) anunciou uma vitória para servidores das carreiras de Analista de Infraestrutura (AIE), Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS) e Analista em Tecnologia da Informação (ATI). Após negociações com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), foi reconhecido o direito de contabilizar o período do curso de formação para fins de progressão funcional. A medida poderá refletir na evolução das carreiras e em efeitos financeiros para os servidores contemplados.

União deve indenizar empresa por greve

A União foi condenada a indenizar uma empresa importadora por prejuízos causados pela demora na liberação de mercadorias durante uma greve de servidores públicos. A Justiça entendeu que paralisações desse tipo fazem parte dos riscos da administração pública e que o Estado deve responder pelos danos causados a particulares quando há relação direta entre a greve e as perdas registradas.

Amputou o pé I

O servidor público Vanderley dos Santos Gomes planejou a amputação do próprio pé para tentar obter cerca de R\$ 1,5 milhão em indenizações de seguros, segundo a Justiça da Bahia. O caso repercutiu após a divulgação de novos detalhes, que mostram inconsistências na versão apresentada inicialmente.

Amputou o pé II

Antes, ele afirmava ter sido vítima de um assalto seguido de sequestro, dizendo que criminosos teriam levado seus pertences e realizado a amputação durante a ação. No entanto, as investigações passaram a reunir elementos e contradições que colocaram a versão em dúvida e indicaram a possibilidade de fraude.

Itaú Unibanco I

O Itaú Unibanco venceu o leilão da folha de pagamentos dos servidores públicos de Minas Gerais. A instituição financeira, que já realiza os repasses por meio de um contrato, teve o vínculo renovado até 2031. A proposta para arrematar a folha foi de R\$2,188 bilhões, valor superior ao lance mínimo.

Itaú Unibanco II

Agora, o Executivo estadual, arrecadará menos que o vínculo atual, fechado por R\$2,42 bilhões. A cifra é inferior a uma projeção do Palácio Tiradentes. A carteira bancária oferecida ao mercado tem 671.478 CPFs. O rol de clientes não inclui apenas servidores do Executivo estadual. A sessão também definiu o novo gestor dos holerites

Chamamento I

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul publicou a nomeação de mais de 371 policiais penais e 43 técnicos administrativos da Polícia Penal. Os policiais nomeados são os que pediram final de fila em outras chamadas do concurso de 2022. A nomeação segue a reposição de efetivo da Polícia Penal, a maior de sua história.

Chamamento II

Depois da posse, os servidores realizam o Curso de Formação Profissional na Academia da Polícia Penal, que dura três meses. Entre as disciplinas ministradas estão defesa pessoal e imobilização; atendimento pré-hospitalar; gerenciamento de crise; inteligência penitenciária e Lei de Execução Penal.



Sindicato pediu informações ao Ministério sobre as mudanças

Servidores da Cultura com dúvidas sobre nova carreira

Condsef/Fenadsef questionam os impactos da Lei nº 15.367/2026

Andre Souza/ SP

Servidores da área da Cultura buscam esclarecimentos sobre a implementação da Lei nº 15.367/2026, que reformulou a estrutura de carreiras do setor na administração pública federal. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) encaminhou ofícios e notificações extrajudiciais ao Ministério da Cultura (MinC) e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), solicitando informações sobre os impactos da nova legislação.

Segundo a entidade, a publicação da lei gerou dúvidas entre os servidores em relação à migração para a nova carreira, à gestão dos cargos, aos critérios de enquadramento funcional e à regulamentação de dispositivos previstos no texto aprovado pelo Congresso Nacional.

Em ofício enviado ao Ministério da Cultura, a Condsef/Fenadsef pediu a inclusão do tema na Mesa Setorial de Negociação da pasta. Entre os pontos apresentados estão as alterações promovidas no Plano Especial de Cargos da Cultura (PEC-Cultura), a regulamentação prevista no artigo 1º-G da lei, o modelo de gestão da carreira e o encaminhamento do termo de compensação das horas referentes à greve de 2025.

A entidade também solicitou dados sobre o processo de enquadramento funcional dos servidores. Entre as informações requisitadas estão o quantitativo

de trabalhadores enquadrados no cargo de Analista Técnico de Políticas Educacionais (ATPE), o número de servidores que optaram pelo retorno ao PEC-Cultura e a composição atual dos quadros da carreira. O sindicato também pede acesso a atas, transcrições e gravações de reuniões realizadas durante as discussões sobre a proposta.

Em outro ofício, encaminhado ao MGI, a Condsef/Fenadsef solicita acesso aos estudos, pareceres, notas técnicas e demais documentos que embasaram a centralização de cargos e a criação da nova estrutura de carreiras. A entidade também requereu uma reunião técnica com representantes da Coordenação de Carreiras Transversais para discutir dúvidas relacionadas à aplicação da lei.

Paralelamente, foram enviadas notificações extrajudiciais aos dois ministérios. Ao Ministério da Cultura, a cobrança está relacionada à formalização do acordo para compensação das horas da greve de 2025 e à convocação de reunião específica da Mesa Setorial de Negociação. O órgão foi notificado a apresentar encaminhamentos em até sete dias úteis.

Já a notificação dirigida ao MGI trata da possibilidade de prorrogação do prazo para que servidores manifestem eventual recusa à migração para a carreira de Analista Técnico Especializado. O documento também aborda questões relativas à alteração de lotação funcional prevista na Lei nº 15.141/2025.